

☐ REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Irregularidades graves na empresa ASPÖCK PORTUGAL, S.A.

Destinatário: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda teve a informação de que existem irregularidades graves na empresa Aspöck Portugal, S.A. situada zona industrial de Rebordões, freguesia de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis.

Esta empresa, que fabrica componentes automóveis, tem câmaras de filmar apontadas para as linhas de produção e uma outra direcionada para a passagem de acesso as casas de banho.

Existem muitas outras condições de trabalho que são, no mínimo, questionáveis e que colocam em causa os direitos dos trabalhadores: as idas à casa de banho são controladas, tendo os trabalhadores que picar um cartão para lá ir; na secção de injeção as temperaturas são muito elevadas e os trabalhadores estão proibidos de ter garrafas de água junto deles; ao abrigo das condições de saúde no trabalho, a empresa deveria ter tapetes nos locais de trabalho, uma vez que os trabalhadores passam muito tempo em pé. Estes são apenas alguns exemplos de falta de condições de trabalho ou da existência de condições que colocam em causa a dignidade dos trabalhadores.

Acontece muitas vezes os trabalhadores serem avisados que têm que ficar mais horas, para além do horário normal de trabalho, sendo que essas horas extra não são pagas, apenas acumuladas para o banco de horas. Esta prática reflete o total desrespeito pela vida pessoal dos trabalhadores, porque nada lhes é comunicado antecipadamente.

Os quadros intermédios da empresa e a diretora de produção têm a prática de se dirigirem aos trabalhadores de forma imprópria e de lhes lembrar, a qualquer altura, que 'têm a faca e o queijo na mão' e que, por isso, os trabalhadores têm que fazer aquilo que eles mandam.

Como os trabalhadores na sua maioria, executam sempre as mesmas tarefas, muitos têm sintomas de doença profissional e a empresa não tem adotado nenhuma medida para inverter esta grave situação que claramente está a colocar em causa a saúde dos trabalhadores. Esta empresa está contrariar a legislação existente nesta área.

Na passada semana, a diretora de produção, reuniu com os trabalhadores e comunicou que os trabalhadores que trabalham em regime de turnos, que têm 30 minutos para a refeição, vão passar a ter apenas direito a dois intervalos de 15 minutos. Esta imposição é no mínimo estranha, já que Portugal não vive em nenhum regime de



escravatura e existe legislação e convenções coletivas que regulam estes assuntos.

Relembra-se que nesta empresa existe sindicato representativo dos trabalhadores que deveria ser ouvido sobre a intenção da empresa de alterar os horários dos trabalhadores, assim como em relação a muitos outros assuntos aqui relatados.

Perante estes relatos que colocam em causa as condições de trabalho, assim como a saúde e a dignidade dos trabalhadores, é necessária resposta urgente por parte do Governo.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, as seguintes questões:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Sabe o governo se esta empresa nos últimos 5 anos recorreu a fundos comunitários? Se sim, qual o montante das verbas recebidas e ao abrigo de que quadro comunitário foram esquadados
3. O governo tem conhecimento destas violações grosseiras da lei? Sabe o governo quantas vezes a Autoridade para as Condições de Trabalho foi a esta empresa? Detetaram alguma irregularidade?
4. Tem esta empresa autorização da Comissão Nacional da Proteção de Dados para ter câmaras de filmar direcionadas para os locais onde os trabalhadores executam as suas funções? Qual a razão da empresa ter uma câmara direcionada para o local de passagem dos trabalhadores para as casas de banho?
5. Tem o governo conhecimento da existência de trabalhadores nesta empresa com doenças profissionais? Se sim quantos? Sabe o governo se a empresa tem implantado medidas para minorar esta situação?

Palácio de São Bento, 15 de junho de 2015.

O deputado